

## SOBRE A DUPLA DIMENSÃO DO SIGNIFICADO

Ivo José Dittrich

**RESUMO:** O presente estudo propõe abordar o significado como fenômeno lingüístico constituído por, no mínimo, duas dimensões complementares e interdependentes: de um lado, articula-se na relação entre linguagem e realidade – referência - e, de outro, nas expressões lingüísticas em que esta mesma relação se estabelece – sentido. Ao mesmo tempo, propõe que a descrição do significado se dê na interface semântica/pragmática.

**PALAVRAS-CHAVE:** *significado, sentido, referência, semântica, pragmática.*

No início do século passado, Ogden & Richards escreveram uma obra inteira para tratar do significado de significado. Mesmo assim, até hoje ainda não se chegou a um consenso sobre o que ele é, como pode ser descrito ou o que deve ser levado em consideração ao explicá-lo. Continua se manifestando, nos meios lingüísticos, uma diversidade de propostas em relação ao problema filosófico que consiste em saber o que é o significado de uma expressão pertencente a uma língua natural e qual a metodologia mais adequada para descrevê-lo. O texto que se apresenta articula-se em torno dessa problemática e propõe abordar a natureza do significado em sua dupla dimensão. Aponta para a necessidade de estudá-lo em termos de sentido e referência. Isso implica posicionar-se a favor da semântica verifuncional, cuja base teórica consiste em admitir a relação entre a linguagem e a realidade extralingüística – o mundo – e admitir a natureza também pragmática do significado.

Embora fosse pertinente, não se poderia historicizar, num único artigo, as diversas teorias e os diferentes posicionamentos dos autores em relação ao tema. Todavia, uma pequena amostra do debate que se desenvolve em torno da questão do significado parece relevante, principalmente por considerar que diferentes conceituações incidem em diferentes níveis de análise e projetam-se em metalinguagens mais ou menos complexas.

Katz (1972) diz que a questão “o que é significado?” é de natureza teórica e por isso não admite resposta única e direta. Como alternativa, propõe dividi-la em, no mínimo, quinze sub-questões de origem intuitiva: o que é sinonímia?, o que é hiperonímia?, o que é paráfrase?, seriam algumas. A resposta ao conjunto destas questões permitiria dizer que tipo de fenômenos a teoria semântica, para dar conta do significado, deveria explicar. Davidson (1982: 157), no entanto, acredita que “dar condições de verdade é um modo de dar o significado de uma sentença. Conhecer o conceito semântico de verdade para uma língua é conhecer quando é que uma sentença – qualquer sentença – é verdadeira, e isso equivale a entender a língua”. Strawson (1982), num artigo em que se refere às idéias defendidas por Davidson, concorda com a relação entre significado da sentença e condições de verdade. Mas faz uma ressalva: propõe que, mesmo na teoria semântica, deve haver espaço para referência à intenção comunicativa dos falantes, aproximadamente no sentido em que Sperber e Wilson (1995) entendem que a comunicação envolve uma intenção informativa e uma comunicativa. A proposta de Strawson leva à outra discussão não menos controversa em relação ao significado: sua natureza simultaneamente pragmática e semântica e a possibilidade de restringir seu estudo a uma ou mais disciplinas.

Entre aquelas que compõem a teoria lingüística, a semântica é a que, mais de perto, está interessada em descrever como as expressões lingüísticas permitem identificar as coisas no mundo, possibilitando aos homens compreenderem-se uns aos outros. Como disciplina científica busca caracterizar teoricamente o significado, descrevendo o conhecimento intuitivo que os falantes têm dos usos sistemáticos das expressões lingüísticas. Pretende explicar como diferentes formas lingüísticas permitem designar um mesmo referente e, ao mesmo tempo, como refe-

rentes distintos são identificados com a mesma expressão. Isso pressupõe, segundo Cann (1993), dar conta da relação entre as expressões (lingüísticas) e os *referentes* (extralingüísticos) – objetos no mundo. Implica admitir que o significado apresenta uma dimensão interna – o sentido das expressões lingüísticas – e outra externa: a referência dessas mesmas expressões, apontando os objetos no mundo. Uma teoria do significado, nos termos propostos, pressupõe superada a questão colocada por Ilari (1982: 26): “definir significado é saber se tal definição pode ser exclusivamente lingüística ou se deve de algum modo referir-se à experiência extralingüística”.

A opção por explicar o significado em termos de sentido e referência pressupõe admitir que estas noções sejam relevantes para compreendê-lo. Daí a pergunta-chave – o que é significado - desdobrar-se em: O que é a referência de uma expressão lingüística? O que é o seu sentido? As unidades atômicas (nomes e sintagmas) têm significado em si mesmas ou adquirem-no de acordo com a sentença de que fazem parte? Respostas a essas questões não são fáceis, completas e, muito menos, consensuais. Orientam, todavia, o presente estudo que pretende contribuir na compreensão dos conceitos envolvidos e da sua validade para a descrição do significado lingüístico.

Abordar todas as divergências e posicionamentos que envolvem os conceitos de sentido e referência ao longo do tempo<sup>1</sup> não seria possível, mas parece necessário observar o que propõem pelo menos alguns autores. Quem introduziu ambos os termos, utilizando *referência* como o objeto designado por um sinal (nome) e *sentido* como o modo (lingüístico) de apresentação deste mesmo objeto, foi o lógico alemão Gottlob Frege, ao final do século XIX. Na tentativa de construir uma linguagem conceitualmente científica (perfeita), a distinção se fez necessária para o autor: “as leis lógicas são, primordialmente, leis do domínio das referências, e só indiretamente se relacionam com o sentido. (E) se estamos interessados na verdade – e a Lógica visa à verdade – (...) a referência se manifesta em toda parte como o essencial para a ciência”. (Frege, 1978: 113). O autor ainda acrescenta que, para a poesia, o sentido pode ser suficiente, mas o pensamento sem referência, sem va-

<sup>1</sup> Consultem-se, para isso, diferentes obras de semântica, tais como as indicadas ao final deste texto.

lor de verdade, não basta para a ciência. Exemplifica a relação sentido/referência através de uma sentença que já se tornou célebre nos meios lingüísticos:

### 1. *A estrela da manhã é a estrela da tarde.*

Segundo Frege, as expressões “a estrela da manhã” e “a estrela da tarde” têm a mesma referência (designam o mesmo objeto – o planeta Vênus), mas não têm o mesmo sentido (diferentes designações para o mesmo objeto). As duas expressões apresentam de modo diferente o mesmo objeto e, em consequência, a sentença ( $a = b$ ) apresenta valor cognitivo, isto é, apresenta algum conhecimento. Não fosse assim, estaríamos frente a uma tautologia do tipo ( $a = a$ )<sup>2</sup> ou seja, um objeto sendo igual a si mesmo, nada acrescentando em termos de conhecimento para a humanidade. Entende-se que, para o autor, referência é a coisa, o objeto designado por uma expressão.

O que para Frege tem sido a referência das expressões, corresponde ao que, um pouco mais tarde, Ogden & Richards (1976) denominaram *referente*. Segundo eles, no processo de comunicação estão envolvidos três fatores interdependentes: o símbolo (palavra), o referente (o objeto sobre o que se fala) e a relação entre este e aquele – o pensamento - que eles chamam *referência*. A referência deixa de ser, portanto, o objeto designado e passa a significar a intermediação entre o símbolo e a realidade. Em Crystal (1988: 222), lê-se que “na lingüística toma-se bastante cuidado ao se distinguir o conhecimento do mundo do conhecimento da língua: à noção extralingüística de *referência* opõe-se a noção intralingüística de *sentido*, uma propriedade derivada das relações de significação entre os itens lexicais e as sentenças”. Embora não diga propriamente o que é a referência, diz que se trata de uma noção extralingüística. Isso também é enfatizado em Dubois et alli (1990: 511): “*referência* é a função pela qual um signo lingüístico se refere a um objeto do mundo extralingüístico, real ou imaginário. (...) Um lexema que se relaciona (de maneira relevante) com outros lexemas, o faz pelo *sentido*”. Para Lyons

<sup>2</sup> Sentenças do tipo ( $a = a$ ) são consideradas analíticas: trata-se de verdades óbvias por afirmarem que um objeto é igual a si mesmo. Por sua vez, a fórmula ( $a = b$ ) representa sentenças sintéticas: sua verdade depende do mundo e das circunstâncias em que é proferida, isto é, depende da experiência e do conhecimento de mundo de quem a profere ou interpreta.

(1980: 161), “a referência, assim como a denotação, é uma relação que se dá entre expressões e entidades, propriedades ou situações no mundo externo”.

Kempson (1977: 13) faz algumas ressalvas em relação à referência. Admite que a relação entre palavra e objeto seja chamada de relação de *referência*, mas acrescenta que “há inúmeras razões para crer que uma teoria do significado que pretenda explicar todos os aspectos do significado das palavras em termos de referência está equivocada”. Uma delas estaria na relação entre nomes e objetos abstratos ou inexistentes, além daquela entre nomes funcionalmente gramaticais como *onde*, *que*, *como* etc. Outros autores, entretanto, não atribuem tamanha relevância à questão.<sup>3</sup>

Todavia, reconheça-se que nas linguagens naturais (linguagem verbal humana) aparecem expressões lingüísticas, cujo referente pode ser claramente identificado: *a estrela da manhã*, por exemplo. Mas há outras, cuja referência é difícil de ser precisada. Qual seria, por exemplo, a referência de *beleza*, *amor* ou *criatividade*? Cann (1993), ao falar de denotação num sentido bastante aproximado de referência, diz que, embora a questão possa ser filosoficamente controversa, do ponto de vista lingüístico não há diferença essencial entre as expressões que denotam entidades concretas ou abstratas.

É possível concordar a esse respeito, mas a situação parece complicar-se quando for buscado o referente de expressões que representam entidades que nem sequer se sabe existirem: *saci-pererê*, por exemplo. Segundo Frege, não estaria errado pressupor que esta referência (referente) exista, mesmo que se possa, muitas vezes, estar enganado a respeito. Se por meio de

<sup>3</sup> Jackendoff (1988: 86), por exemplo. Para ele, um enunciado como *Bill é tão alto quanto Jack* afirma que a asserção é sobre as entidades a que as expressões se referem, inclusive a que está sublinhada: trata-se de “entidades bastante distintas de objetos físicos e (...) qualquer que seja o status ‘real’ de tais entidades, a semântica da linguagem natural deve agir como se o mundo as contivesse”.

uma expressão exprime-se o seu sentido e se designa a sua referência, isso não quer dizer que ao sentido corresponda sempre um referente físico, real. Sua existência pode estar restrita ao imaginário humano. Entendendo a referência como a relação entre uma expressão e a representação de determinado referente, torna-se possível contornar a dificuldade: indepen-

dente de existirem fisicamente, entidades como *saci-pererê* ou *unicórnio* podem estar representadas na mente dos usuários da língua.

Embora a referência (o referente) destas expressões possa ser colocada em dúvida, o mesmo não se poderia dizer em relação ao seu sentido: “difícilmente se poderia negar que a humanidade possui um tesouro comum de pensamentos, que é transmitido de uma geração para outra” (Frege, 1978: 65). Esse tesouro são os diferentes *sentidos* que as expressões da linguagem veiculam através dos tempos: alguns mantêm-se relativamente fixos e outros modificam-se constantemente.

Se alguns dos autores apontados diferenciam-se de Frege por considerarem a *referência* como a relação entre as palavras e os objetos (ele a considerava o próprio objeto), o mesmo não se pode dizer quanto ao sentido. Para o lógico alemão, o *sentido* é o modo de apresentação do objeto: nisso ele se mantém próximo aos demais autores que, com maior ou menor grau de diferença, dizem que o *sentido* se constrói na relação das palavras umas com as outras ou das palavras com a sentença. Admitem, portanto, sua natureza intralingüística.

O que parece consensual é que a referência aponta para uma relação entre a linguagem e o mundo enquanto o sentido para uma relação interna à própria linguagem, prestando-se à expressão da referência. Pode-se dizer que, assim entendidos, sentido e referência não se opõem; complementam-se. Além disso, diferentemente de uma semântica atomista, parece plausível admitir que não se pode tratar do sentido de uma palavra isoladamente, devendo-se buscá-lo numa instância maior – a sentença: “uma teoria satisfatória dos significados de expressões complexas poderia não exigir entidades como significados de todas as suas partes”. (Davidson, 1982: 147)

Conforme se tem observado, o *sentido* do nome é o modo (lingüístico) de apresentação do objeto. Assim, uma mesma entidade (o mesmo referente) pode ser designado através de variadas expressões, cada uma com sentido diferente. Designando FHC como o *presidente do Brasil*, o *chefe do Planalto* ou o *sociólogo que governa o país* não se muda a referência - as três expressões representam o mesmo ser no mundo (FHC). Modifica-se, entretanto, o sentido: o uso de uma ou outra das expres-

sões denuncia diferentes representações a que o usuário quer dar ênfase. E nisso reside a necessidade da distinção entre sentido/referência como dimensões distintas, mas complementares, do significado. Observe-se a sentença:

## 2. O presidente do Brasil é o sociólogo FHC.

A partir do sentido de cada uma das expressões é possível dizer que se trata de uma sentença do tipo  $[a = b]$ , ou seja, de uma sentença que apresenta valor cognitivo: ela informa que o presidente do país também é sociólogo. “Ao aprendermos um novo sentido, aprendemos uma nova maneira de alcançar a referência, um novo modo de falar sobre o mundo. Quanto mais sentidos soubermos, mais caminhos para chegarmos ao mundo teremos, mais nosso conhecimento aumenta.” (Oliveira, 2001: 102).

Na literatura semântica, expressões como *o presidente do Brasil* e *o sociólogo que governa o país* são chamadas “descrições definidas”: assim como o nome *Fernando Henrique Cardoso* identifica determinada entidade no mundo, elas também definem um “objeto no mundo”, particularizando-o. Frege, por isso, considerava tais expressões também como nomes próprios<sup>4</sup>. Note-se, entretanto, que há diferenças significativas entre um e outro: os sentidos inscritos na descrição definida *o sociólogo que governa o país* permitem uma série de inferências que somente o nome *FHC* não veicularia. Por aí se pode observar como o significado se articula na relação entre a referência e o sentido.

As duas noções mantêm-se, ora como ponto de partida, ora como ponto de divergências ao longo da ciência lingüística. Devem, portanto, apresentar alguma utilidade para as teorias do significado; do contrário já teriam sido eliminadas ou substituídas:

“Mesmo que se verificasse, por razões de conveniência técnica, ser possível eliminar a distinção entre referência e sentido na formalização da estrutura lógica das proposições expressas pelas frases, a distinção é crucial caso se tiver em conta a enunciação das frases em contextos concretos”. (Lyons, 1980: 166).

<sup>4</sup> “Lugares, instantes, intervalos de tempo são, sob o ponto de vista lógico, considerados objetos: portanto, a designação lingüística de um lugar determinado, de um instante determinado ou de um intervalo de tempo determinado deve ser considerada um *nome próprio*”. (Frege, 1978: 77).

O autor também aponta para a dimensão pragmática dos dois conceitos, relacionando-os à situação comunicativa quando diz que “a referência tem a ver com a relação existente entre uma expressão e aquilo que essa expressão designa ou representa em ocasiões particulares da sua enunciação” (Lyons, 1980: 145). Davidson (1982: 173) também aponta na mesma direção: “é mais simples considerar a verdade como uma relação entre uma sentença, uma pessoa, e um instante”. Ao relacionarem o significado das sentenças à intenção dos interlocutores e às ocasiões particulares em que são proferidas, ambos parecem ampliar o poder explicativo da disciplina semântica ou propondo inserir os estudos relativos ao significado também no campo da pragmática<sup>5</sup>.

Os dois autores têm razão quando relacionam a referência ao enunciado em que se inserem, ou seja, à situação comunicativa em que é proferida. Observe-se a sentença abaixo, cuja expressão sublinhada é uma descrição definida:

### ***3. O Presidente da república viajou para os Estados Unidos.***

Proferida em 1940, a referência da descrição definida aponta para “Getúlio Vargas”; em 1998, para “Fernando Henrique Cardoso”. Altera-se, portanto, o referente da descrição definida de acordo com o instante em que é proferida, ou seja: também a referência apresenta uma dimensão pragmática.

O que parece resultar da análise anterior é que, tanto o sentido quanto a referência, manifestam-se no enunciado e o nível analítico em que devem ser descritos é o da sentença. Frege já dissera que uma palavra tem significado somente no contexto de uma sentença. Posicionamento semelhante é o de Dummet (1975: 117): “uma sentença é o menor complexo lingüístico que pode ser usado para dizer alguma coisa: daí, o significado de uma palavra ser dado em termos da sua contribuição para determinar o que pode ser dito por meio da sentença que a contém”.

Assim, uma resposta à questão da necessidade das noções de sentido e referência para a compreensão do significado na teoria lingüística parece afir-

<sup>5</sup> Não há consenso sobre a abrangência teórico-metodológica dessa disciplina. Admite-se, entretanto, que uma de suas preocupações diz respeito à intencionalidade dos interlocutores. Para um aprofundamento da questão, consulte-se Searle (1983).

mativa. Acrescente-se, ainda, que o significado incide em nível de sentença e manifesta-se em seu proferimento. Qualquer tentativa de descrição teórica do significado deveria contemplar, minimamente, a sua natureza ao mesmo tempo semântica e pragmática. E se os homens utilizam a linguagem para falar sobre as coisas no mundo (referência) utilizando, para isso, as mais variadas expressões (sentido), a teoria também deve dar conta dessas duas dimensões simultaneamente envolvidas.

### **Bibliografia:**

CANN, R. **Formal semantics: an introduction**. Cambridge: CUP, 1993

CRYSTAL, D. **Dicionário de Lingüística e Fonética**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988

DAVIDSON, D. Verdade e significado. In: DASCAL, M. (Org.) **Fundamentos metodológicos da lingüística**. Campinas: Ed. do autor, 1982. v. 3.

DUBOIS, J. et alii. **Dicionário de Lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1990.

DUMMET, M. **Truth and other enigmas**. Cambridge: Harward University Press, 1978.

FREGE, G. **Lógica e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Cultrix, 1978.

ILARI, R. Introdução. In: DASCAL, M. (Org.). **Fundamentos metodológicos da lingüística**. Campinas: Ed. do autor, 1982. v. 3.

JACKENDOFF, R. Conceptual semantics. In: ECO, U. et al. **Meaning and mental representations**. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1988.

KATZ, J. **Semantic Theory**. New York: Harper & Row Publishers, 1972

KEMPSON, R. **Semantic Theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

LYONS, J. **Introdução à Semântica**. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1980.

OGDEN, C.K. & RICHARDS I. A. **O significado de significado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

OLIVEIRA, R.P. **Semântica formal: uma breve introdução**. São Paulo: Mercado das Letras, 2001.

SEARLE, J.R. **Intentionality: an essay in the philosophy of mind**. Cambridge: CUP, 1983.

SPERBER, D., WILSON, D. **Relevance, communication and cognition**. 2. ed. Oxford: Blackwell, 1995.

STRAWSON, P. Significado e verdade. In: DASCAL, M (Org.). **Fundamentos metodológicos da lingüística**. Campinas: Ed. do autor, 1982. v .3.

**Ivo José Dittrich**

é Doutor em Lingüística pela UFSC e professor do Centro de Educação e Letras da Unioeste/Foz.

Áreas de interesse:

Semântica e pragmática.